

**UNIVERSIDAD NACIONAL DE ITAPUA**

**III SEMINARIO INTERNACIONAL DE LOS ESPACIOS DE FRONTERA (III GEOFRONTERA)**

# *Integración: Cooperación y Conflictos*

# III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DOS ESPAÇOS DE FRONTEIRA (III GEOFRONTEIRA)

# *Integração: Cooperação e Conflito*

EJE 5: NATURALEZA Y AMBIENTE EN LA FRONTERA / NATUREZA E AMBIENTE NA FRONTEIRA

**GESTORES E TERRITORIALIDADE NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU**

Sonia mar dos Santos Migliorini\*

Ana Solange Biesek\*\*

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Órgão Financiador: CAPES

E-mail: snmigliorini@gmail.com

**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo identificar os responsáveis pela gestão do Parque Nacional do Iguaçu (PNI) e suas territorialidades, ou seja, suas ações desenvolvidas no Parque. O PNI é uma unidade de conservação (UC) que passou a emprega o modelo de gestão por meio de parecerias entre o setor público e iniciativa privada (PPP), sendo o primeiro no Brasil a implantar esse novo modelo de gestão. Os serviços e atividades concedidos à iniciativa privada são àquelas ligadas ao turismo, se restringindo à Zona de Uso Intensivo do Parque. Os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa foi levantamento, leitura e análise de obras que tratam dos conceitos de territorialidades; entrevista semi-estruturada com o Diretor do Parque Nacional do Iguaçu; entrevistas semi-estruturadas com responsáveis pelas empresas privadas atuantes no Parque Nacional do Iguaçu, visando identificar as territorialidades desses atores. Como resultado, obteve-se a identificação de um conjunto de ações que são desenvolvidas por cada um desses atores, ou seja, as atividades e serviços ofertadas por cada empresa concessionária e pelos colaboradores do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio), bem como a área de atuação no Parque de cada um desses atores. Constata-se que o objetivo principal dessa UC não são concedidas.

**Perfil das Autoras:**

**\*** Possui Pós-doutorado em Geografia pela Universidade Estadual do Paraná - UNIOESTE (2015); Doutorado em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná - UFPR (2012). Realizou Doutorado Sanduíche/Estágio de Doutorado pela Universidade de Paris IV - Sorbonne, (2011). Atualmente, realiza estágio de Pós-doutorado pela UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon.

**\*\*** Possui Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (2013); Mestrado em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul (2004); MBA em Gerenciamento de Projetos FGV (2014). É Coordenadora do Curso de Graduação, Pós Graduação e Pesquisa em Administração da UNIFOZ. Atualmente, realiza estágio de Pós-doutorado pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

**INTRODUÇÃO**

As questões ambientais, as ações do homem - especialmente na dimensão econômica -, e o debate sobre a sustentabilidade, passaram a ser popularizados nas últimas décadas, em virtude da degradação da natureza pelo homem. Nesse contexto, criam-se e mantêm-se Unidades de Conservação (UCs) com o propósito de preservar espaços naturais com relevância ecológica e paisagística.

Nos últimos anos vem sendo implantado um novo modelo de gestão em UCs com uso público: são as chamadas parcerias público - iniciativa privada (PPP), através do regime de concessões de serviços em unidades de conservação que possibilitam o uso público, sobretudo o uso turístico. Essa nova forma de gestão em UCs teve inicio no Parque Nacional do Iguaçu (PNI), onde as concessionárias passaram a explorar economicamente serviços turísticos a partir do ano 2000.

Sendo o PNI, a primeira unidade de conservação brasileira a efetuar esse novo regime de gestão, uma pesquisa para identificar os atores que atuam no Parque e suas territorialidades pode contribuir para a maior compreensão das parcerias entre setor público e iniciativa privada na administração de unidades de conservação com uso público, tendência que vem crescendo nos últimos anos no Brasil.

Assim, este artigo tem como objetivo identificar os atores responsáveis pela gestão do PNI e suas territorialidades dentro do Parque. Para tanto, a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa foi pautada no levantamento, leitura e análise de obras que tratam do conceito territorialidade; entrevista semiestruturada com o Diretor do Parque Nacional do Iguaçu; e, entrevistas semiestruturadas com responsáveis pelas empresas privadas atuantes no Parque. A partir dessas informações primárias e secundárias, foi possível identificar algumas territorialidades (entendidas aqui como áreas/espaços de atuação e ações das empresas concessionárias e da Direção do Parque).

Este artigo está dividido em quatro sessões, a contar com essa breve introdução. A segunda sessão, intitulado “Territorialidade: diferentes concepções” realiza-se uma revisão bibliográfica sobre o conceito de territorialidade, considerando diversas definições e transformações de acordo com as concepções dos diferentes autores abordados. A terceira sessão está subdividia em duas subseções. Na primeira, realiza-se uma caracterização do PNI e na segunda, apresentam-se os atores e suas territorialidades no Parque. E, por fim, têm-se as considerações finais.

1. **TERRITORIALIDADE: DIFERENTES CONCEPÇÕES**

O conceito de territorialidade abarca as dimensões simbólicas presentes nos fenômenos e eventos relativos ao homem. Para Poubel (2005, p. 56), a territorialidade é uma estratégia de um indivíduo ou de um grupo para atingir ou influenciar pessoas, fenômenos e relações através da delimitação e do controle sobre um determinado espaço geográfico, entendido como território, que no caso deste estudo é representado pelo Parque Nacional do Iguaçu. Assim, as escalas onde a territorialidade pode ser investigada são diversas. Ao se desenvolver uma pesquisa sobre a territorialidade “é imprescindível considerar seu caráter cumulativo, pois a territorialidade é sempre construída socialmente e seu uso histórico tem sido realizado de forma cumulativa”. Isso significa que a sociedade contemporânea emprega a territorialidade mais expressivamente do que empregava a sociedade primitiva.

Na concepção de Little (2002, p. 03), a territorialidade é como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-se assim em seu território” (LITTLE, 2002, p. 03).

Souza (1995, p. 86), argumenta que Ratzel trata a territorialidade, assim como o território, “fixado no referencial politico do Estado”. Para Souza, Ratzel não “apenas trata de um tipo específico de territorialidade”, cheio de história, tradição e ideologia, ou seja, a territorialidade do Estado-Nação, mas também a trata de uma forma naturalizada. Portanto, a ideologia não é ideologia, mas sim cultura nacional e amor à pátria; e a identificação se daria entre todo um povo e seu Estado-Nação, e não apenas com determinados grupos.

A territorialidade é definida por Candiotto (2010, p. 88), como os “vínculos que determinado indivíduo ou grupo social possuem com um ou mais territórios materiais (físicos) ou imateriais (virtuais), algo subjetivo, ligado à percepção” (CANDIOTTO, 2010, p. 90).

Dessa forma, a territorialidade é complexa, instável e múltipla por definição. Na concepção de Sartre e Gagnol (2012, p. 05), a territorialidade se manifesta em todas as escalas e designa o processo de apropriação do espaço por um individuo ou grupo social. Essa apropriação, no sentido amplo do termo, se opera segundo modalidades diferentes, podendo ser múltiplas, descontínuas, temporárias, indiretas, simbólicas, etc. Assim, a territorialidade permite estudar como os atores se articulam nos territórios existentes ou criam novas formas de organização espacial.

Para Raffestin (1993) e Sack (1986), a territorialidade varia de acordo com as diferentes situações históricas e geográficas - são multiformes - e dizem respeito à vida humana. Souza (1995, p. 89), assinala que os referidos autores, desenvolvem suas abordagens sobre o território baseado no controle e no poder.

A territorialidade para Sack (1986, p. 11/13), é a tentativa de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos que através de suas ações, controlam, influenciam pessoas, fenômenos e relações, sendo o espaço, portanto, um mediador da correlação de forças entre eles. A territorialidade é o uso do espaço socialmente construído e depende de quem está controlando quem e por quê. Portanto, o conceito de territorialidade é o componente geográfico chave na compreensão de como a sociedade e o espaço estão interligados.

A territorialidade na concepção de Raffestin (1993, p. 158/159), reflete a multidimensionalidade do território vivido pelos membros de uma coletividade e pelas sociedades em geral. O processo territorial e o produto territorial é “vivido” pelo homem ao mesmo tempo por meio de “um sistema de relações existenciais e / ou produtivistas”. Essas últimas, tanto uma quanto a outra, são relações de poder, uma vez que há interações entre os atores, os quais modificam as relações com a natureza e com as sociedades. Aqui os atores também se modificam. “O poder é inevitável e, de modo algum, inocente”. Nesse sentido, a territorialidade se insere no quadro da produção, da troca e do consumo, se relacionando com diferentes atores. A partir de identidades, demarcadas ou não por limites. Raffestin (1993, p. 162), afirma ainda que a territorialidade está presente nas diferentes escalas espaciais e sociais e é inerente a todas as relações, “é a face vivida da face agida do poder”.

Sack (1986, p. 219), incorpora uma dimensão mais política na análise da territorialidade, e, assim como Raffestin, também considera as relações econômicas e culturais, uma vez que a territorialidade para Sack está estreitamente relacionada “ao modo como as pessoas utilizam a terra”, e a forma que elas próprias se organizam no espaço e dão significado ao lugar.

A territorialidade humana para Sack (1986, p. 03), pode ser compreendida como uma estratégia espacial para afetar, influenciar ou controlar fontes e pessoas, controlando área. Como estratégia, a territorialidade pode ser ativada e desativada. Ela pode ser considerada em termos geográficos, uma forma de comportamento espacial e está intimamente relacionada em como as pessoas usam a terra, como elas organizam-se no espaço e como elas dão sentido ao lugar.

A territorialidade, como relação de poder, para Sack (1986, p. 17/22), significa controle, dominação, comunicação e mesmo classificação, ou seja, é a essência do poder. Porém, na sua concepção, nem toda relação é territorial ou cria uma territorialidade.

A territorialidade para Haesbaert (2007, p. 07), pode ser encarada pela dimensão simbólica-cultural, no entanto ela não deve ser reduzida a essa dimensão. Nesse sentido, a territorialidade não é apenas algo abstrato, mas também uma dimensão imaterial e enquanto imagem ou símbolo de um território, ela existe e pode introduzida como uma estratégia político-cultural.

Para Saquet (2011, p. 77/78), apresenta a territorialidade em quatro níveis correlatos:

1. “como relações sociais, identidades, diferenças, redes, malhas, nós, desigualdades e conflitualidades; b) como apropriações do espaço geográfico, concreta e simbolicamente, implicando dominações e delimitações precisas ou não; c) como comportamentos, intencionalidades, desejos e necessidades e; d) como práticas espacio-temporais, multidimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza, ou seja, relações sociais dos homens entre si (de poder) e com a natureza exterior por meio de medidores materiais (técnicas, tecnologias, instrumentos, máquinas...) e imateriais (conhecimentos, saberes ideologias...). A territorialidade é processual e relacional ao mesmo tempo” (SAQUET, 2011, p. 77/78).

Saquet (2007, p. 58), completa afirmando que as forças “econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas e em unidade, efetivam o território” e os processos sociais e naturais, incluindo nosso pensamento, formam a territorialidade cotidiana. Assim, é no acontecer da nossa vida que se afirma a territorialidade.

Nesse sentido, para Vale et al. (2005, p. 07), a territorialidade inter-relaciona as dimensões políticas, econômicas e culturais, portanto, sociais, que criam diferentes redes. As redes de circulação e comunicação concorrem para o controle do espaço e atuam como elemento mediador da reprodução do poder da classe hegemônica, interligando o local ao global “e interferindo diretamente na territorialidade cotidiana dos indivíduos e grupos ou classes sociais”. Essa territorialidade é resultado das relações diárias, momentâneas, dos homens entre si e deles com a natureza visando sobreviver biológica e socialmente.

As relações de poder e, consequentemente, as territorialidades, para Saquet (2011, p. 78/79), são intencionais e envolvem “metas e objetivos, programas e planos, técnicas de saber e estratégias de poder”, que devem ser compreendidas e explicadas como instantes e processualidades, sociais, espaciais e temporais. Essas práticas “são processos históricos e geográficos de saber, poder, subordinação, acumulação, identificação, interação, exploração e degradação do ambiente etc.”, ou seja, são práticas sociais circunscritas no espaço geográficos.

Poubel (2005, p. 56), argumenta que um espaço admite várias motivações e valores individuais e coletivos, os quais são concorrentes na ocupação e utilização do território. A multiplicidade das formas de ocupação e utilização do território resultantes dessa dialética sócio-espacial produz determinados padrões. “Entre esses padrões, o desequilíbrio de forças no conflito de interesses aparece na territorialidade de um sobre os outros”.

A territorialidade, grosso modo, como assinala Vale, et al., (2005, p. 12), pode ser, um conceito fundamental na compreensão do processo de territorialização, formação de territórios, ou seja, de nossa vida diária, acontecendo e manifestando-se, econômica, política e culturalmente, e, das relações que existem entre estas dimensões sociais do território e seus componentes naturais, externos à vida orgânica do homem.

Assim, o conceito de territorialidade é uma importante ferramenta de estudo e tem fundamental importância para entender a essência dos fenômenos que se mostram dominantes e determinantes das relações sociais, econômicos e culturais em um determinado território, neste caso, o Parque Nacional do Iguaçu, o qual comporta diversos atores com interesses próprios, como releva a próxima seção sessão deste artigo.

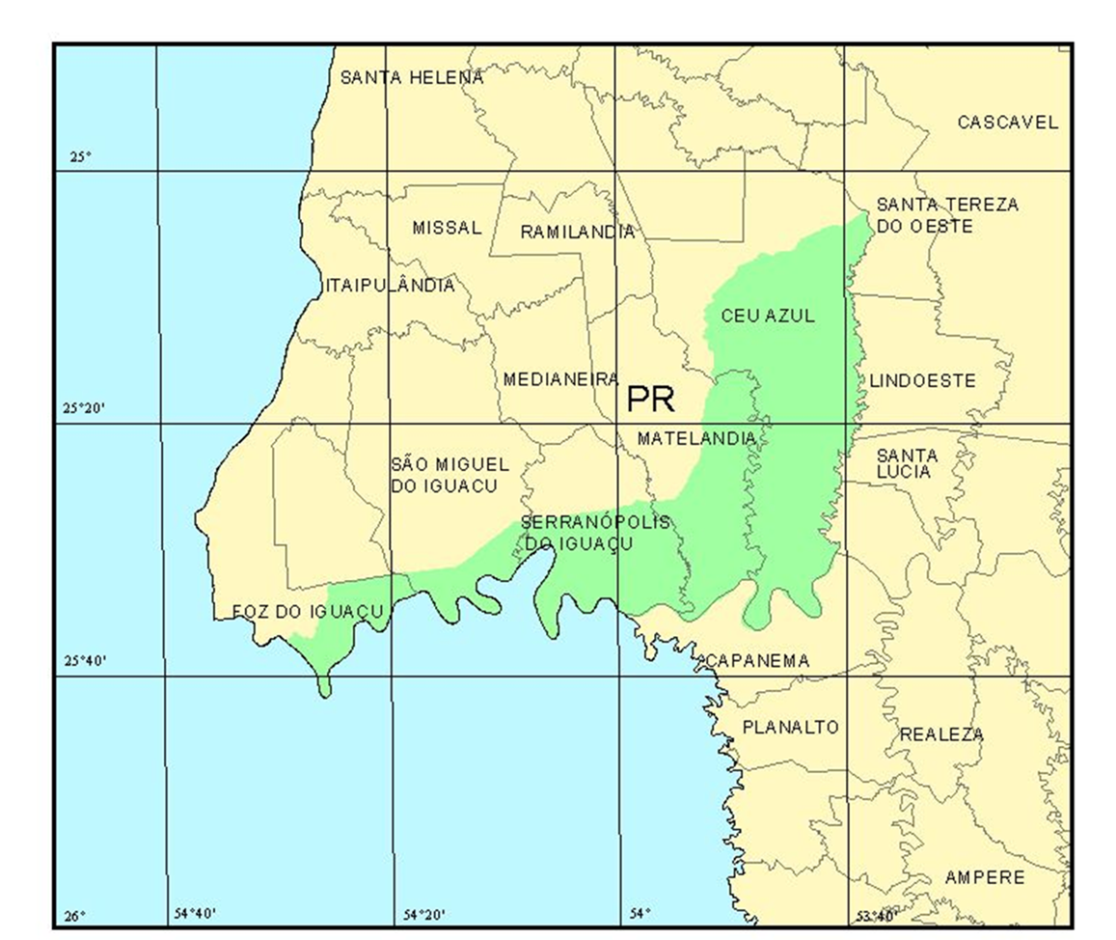
**2. PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU: CARACTERIZAÇÃO, GESTORES E TERRITORIALIDADES**

**2.1 Caracterizações do Parque Nacional do Iguaçu**

O Parque Nacional do Iguaçu (PNI) foi o segundo Parque Nacional brasileiro a ser criado, bem como a segunda unidade de conservação estabelecida no Brasil. Sua instituição ocorreu com a aprovação do Decreto-Lei nº 1.035 de 10 de janeiro de 1939. Está localizado na região de tríplice fronteira – Brasil, Argentina e Paraguai. Em 1986, o parque foi inscrito pela UNESCO na Lista do Patrimônio Mundial (IPHAN, 2014, p. 01).

O PNI possui uma Superfície de 185.262,5 hectares, com um perímetro 420 km (ICMBIo, 2015, p. 06). Os municípios e suas respectivas áreas abrangidas pelo Parque: Céu Azul (49,56%), Foz do Iguaçu (7,48%), Matelândia (19,87%), São Miguel do Iguaçu (11,73%) e Serranópolis do Iguaçu (16,92%). Margeiam, ainda o PNI os municípios de Capanema, Capitão Leônidas Marques, Lindoeste, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste e Santa Terezinha de Itaipu (ICMBIo, 2015, p. 09).

O PNI, além de estar assentado sobre um das maiores reservas mundial de água subterrânea, o Aquífero Guarani, é “considerado uma das últimas reservas florestais da Mata Atlântica e a maior reserva de floresta pluvial subtropical do mundo” (IPHAN, 2014, p. 01).

**Figura 01 - Localização do Parque Nacional do Iguaçu e Municípios de seu entorno** 

**Fonte:** Plano de Manejo PNI, 1999.

Abriga diversas espécies faunísticas, algumas ameaçadas de extinção, a exemplo da onça-pintada e o jacaré-de-papo amarelo, e outras bastante raras, tais como a jacutinga, o gavião-real e o papagaio de peito-roxo. A flora também é rica, abrigando diversas orquídeas e bromélias, espécies arbóreas de grande porte, tais como Timbaúba, Cedro, Peroba-rosa, Angico, Canela, Cabreúva, figueira-brava, Pau-marfim e Ipê. A diversidade faunística conhecida é elevada: são 257 espécies de borboletas, 18 de peixes, 12 de anfíbios, 41 espécies de serpentes, oito de lagartos, 340 de aves e 45 de mamíferos (IPHAN, 2014, p. 01).

O PNI está dividido em zonas de manejo e cada uma delas recebe gestão específica de acordo com sua finalidade. São elas: Zona Intangível – corresponde àquela porção de área do Parque onde a natureza permanece intacta; Zona de uso extensivo - podendo apresentar alguma alteração humana; Zona histórico-cultural – onde são encontradas manifestações históricas e culturais ou arqueológicas destinado à pesquisa, à educação e ao uso científico; Zona de recuperação - na qual estão as áreas mais alteradas pelo homem; Zona de uso especial – na qual se localizada as áreas necessárias à administração, à manutenção e os serviços do Parque, abrangendo habitações, oficinas e outros; por fim, tem-se a Zona de uso intensivo – que é constituída por áreas naturais ou por alterações antrópicas. Nessa zona, procura-se mantar o ambiente o mais próximo possível do natural, devendo conter: centro de visitantes, museus e outras facilidades e serviços (PLANO DE MANEJO, PNI, 1999, 844 - 850).

É essa última zona que é aberta ao turismo a visitação turística do Parque. Os limites dessa última zona no PNI são constituídos por uma faixa que abrange a área onde está construído o Centro de Visitantes, na entrada do Parque, segue pela BR-469, engloba a área da Sede do Parque, a trilha do Macuco e toda a área de visitação das Cataratas, incluindo o Hotel das Cataratas e o Porto Canoas. Compõe essa Zona, ainda, o Posto de Informação e Controle – PIC, de Céu Azul localizado no PNI, o qual responde pelo desenvolvimento de atividades educativas, atividades de proteção, informação, auxílio e controle sobre o Parque, bem como o de Santa Tereza do Oeste.

O objetivo geral de manejo da zona de uso intensivo é facilitar a recreação intensiva e a educação ambiental em harmonia com o meio natural. Para tanto, seu manejo ofertar atividades de uso público, em áreas específicas e de fácil acesso, e de modo a diminuir sua concentração e o seu impacto sobre poucos recursos do PNI e propiciar a alguns municípios limítrofes a possibilidade do desenvolvimento de atividades recreativas, educativas e interpretativas, mais próximo à sua sede (PLANO DE MANEJO PNI, 1999, p. 845).

Embora breve, essa caracterização do PNI torna claro sua relevância na conservação da biodiversidade faunística e florística regional e nacional. Além disso, é uma das poucas áreas significativas de floresta nativas no estado do Paraná e também, contribui para a economia regional. Na próxima sessão, busca-se identificar os sujeitos que exercem ações diretas sobre o PNI, especialmente sobre a Zona de uso Intensivo, bem suas territorialidades.

**2.2. Parque Nacional do Iguaçu: Atores e Territorialidades**

Segundo entrevistas com o chefe interino do PNI, A. R., em julho de 2014, é nesse Parque que foram realizadas as primeiras concessões para a exploração econômica pela iniciativa privada de áreas aberta à visitação pública - através da oferta de serviços e atividades turísticas (A. R., INFORMAÇÃO VERBAL, 2014, p. 01).

Algumas das empresas com contratos de concessões no novo modelo vigentes já atuavam no PNI anteriormente. No entanto, por meio de contrato de aluguel. O Governo construía as edificações, como o hotel, lanchonetes e quiosques e as entregava ao setor privado em troca de um aluguel.

Contudo, a partir desse novo modelo de concessão, novos atores passam a exercer ações no Parque. Atualmente, atuam no PNI, especialmente na Zona de uso Intensivo, respondendo pela gestão dessa Zona, os colaboradores do Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade (ICMBio) - órgão que tem entre suas responsabilidades a implantação e gestão das UCs -, e as empresas concessionárias que exploram o filão turístico do mesmo. São seis concessionarias atualmente: Cataratas S/A, Helisul, Macuco Safari, Macuco Ecoaventura, Hotel das Cataratas e Linha Martins. As empresas Macuco Safari e Ecoaventura, são do mesmo proprietário. A concessionária linha Martins não atua no Município de Foz do Iguaçu, mas sim em São Miguel do Iguaçu e oferece atividades semelhantes as do Macuco Ecoaventura. Por isso, ela não foi incluída nesta pesquisa (A. R., INFORMAÇÃO VERBAL, 2014).

Cada uma dessas empresas possui no Parque um território de atuação específico, determinado no Contrato de concessão, que não se sobrepõe ao pertencente à outra Concessionária.

O território da concessionária Cataratas S/A é o mais amplo, abrangendo desde o Portão de entrado, onde se localiza o Centro de Visitante, até a trilha das Cataratas, principal ponto de atração turística do Parque. Sua territorialidade, ou seja, suas ações, no Parque abrange a construção do Centro de visitante, a cobrança de estacionamento, a venda de ingresso para a entrada no Parque, o transporte dos turistas até a trilha das Cataratas, a manutenção da Trilha das Cataratas, a construção e manutenção do elevador panorâmico, as lojas de souvenirs, restaurantes e lanchonetes localizadas no espaço Tarobá e a venda de produtos variados (roupas e lembranças) que remetem ao Parque Nacional do Iguaçu. Ou seja, essa empresa é responsável pelo atendimento da grande massa turística que visita o Parque. Essas infraestruturas implantadas é uma das contrapartidas da empresa para o Parque, expressa em contrato (A. D., INFORMAÇÃO VERBAL, 2015).

A empresa Cataratas S/A possui diversos serviços no Parque e uma territorialidade que se manifesta na entrada do Parque, no trajeto até as cataratas e principalmente no espaço Tarobá, instalado na parte final da trilha das cataratas. O elevador panorâmico e o transporte por ônibus até a trilha também são elementos que marcam a ampla territorialidade desta empresa no PNI. Essa concessionária é a que tem territorialidade mais marcante e ampla no Parque. A empresa Cataratas S/A é a única que atende a todos os turistas do PNI (ingressos, transporte e elevador).

A concessionária Helisul tem um território diferenciado, que é o espaço aéreo do Parque. Como a sede da empresa fica fora do Parque, não há uma atuação dela sobre o espaço terrestre do PNI. No entanto, somente a empresa Helisul pode realizar voos no Parque, seja na zona tangível, seja na zona intangível (G. G., INFORMAÇÃO VERBAL, 2015). Em sua sede, a empresa realiza as decolagens e pousos e também possui uma loja de souvenires.

A territorialidade da empresa é marcada pelo acesso a um espaço exclusivo. A possibilidade de realizar voos panorâmicos permite ao turista outros olhares sobre a paisagem e uma experiência diferenciada. No entanto, o custo alto dos passeios limita a quantidade de pessoas que podem realizá-los.

No contrato de concessão, uma das contrapartidas exigidas pelo PNI é a liberação de horas de voo para a fiscalização do Parque. Assim, a empresa também acaba contribuindo para a fiscalização de irregularidades, como incêndios, desmatamentos e caça (IBAMA, 2001, p. 04).

A territorialidade da concessionária Ilha do Sol Agência de Viagens Ltda diz respeito à suas ações para oferecer atividades turísticas em contato com a natureza, como o tradicional passeio do Macuco Safari, no qual o turista tem experiências com caminhadas em trilhas no Parque, passeios em carrinhos elétricos e passeio de barco. O principal passeio de barco ocorre no Rio Iguaçu, a jusante das cataratas. Os barcos chegam próximo à garganta do Diabo, que é o principal atrativo do Parque. Existe também um passeio de barco no final da trilha do poço preto (C. M., 2015, INFORMAÇÃO VERBAL).

A empresa opera em duas trilhas: a do poço preto e das bananeiras. Ambas ficam no trajeto do centro de visitantes até a trilha das cataratas. Todos os ônibus param nesses pontos (C. M., 2015, INFORMAÇÃO VERBAL).

A territorialidade desta empresa também é ampla, pois sua atuação se dá nas duas trilhas e em dois pontos das margens do Rio Iguaçu, onde o acesso somente é permitido para os turistas que compram passeios com a empresa. Há toda uma estrutura construída para o acesso dos turistas às embarcações, com sanitários e lanchonetes. A possibilidade de navegar pelo Rio Iguaçu dentro do Parque é uma marca da territorialidade da empresa, pois o acesso a essas áreas é uma exclusividade da empresa.

A mais antiga empresa que atua no Parque, o Hotel das Cataratas, atualmente denominado de Belmond Hotel, responde pelas hospedagens dos hóspedes que preferem ficar dentro do Parque e próximos às Cataratas e, que tem condições de pagar para isso. Sua territorialidade se dá na área do hotel, que fica em frente a um dos pontos de parada do ônibus, no início da trilha das cataratas do Iguaçu. Contudo, a empresa também exerce influência sobre a estrada dentro do Parque, que dá acesso ao hotel. Os hóspedes podem circular sobre essa estrada, com veículos próprios e taxis (C. V., 2015, INFORMAÇÃO VERBAL).

No que diz respeito às ações ou territorialidades exercidas pela Direção do PNI – colaboradores do ICMBio, são elas: fiscalização da execução dos contratos firmados entre o ICMBio e as empresas concessionárias que atuam no Parque, bem como a realização de toda gestão da biodiversidade do mesmo (A. R., 2014, INFORMAÇÃO VERBAL).

Como atores da iniciativa privada atuam na exploração do filão turístico do Parque, a Direção do mesmo fica mais livre para focar na execução do Plano de Manejo, priorizando ações mais relevantes para a gestão ambiental dessa unidade de conservação.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio da análise e compreensão do conceito de territorialidade, foi possível identificar as territorialidades dos atores que atuam na gestão turística e ambiental do Parque Nacional do Iguaçu. Esse conceito refere-se à atuação econômica, social e cultural de grupos, firmas e indivíduos. Assim, a dimensão econômica e a subjetividade influenciam nas territorialidades humanas. Nesse contexto, o conceito de territorialidade, atualmente, é de fundamental para a compreensão das relações sociais e da organização espacial.

A análise da territorialidade revelou que no Parque Nacional do Iguaçu, atuam dois grupos de atores: o primeiro deles são os colaboradores do ICMBio - funcionários do Governo Federal - que possuem alí a mais ampla territorialidade entre os grupos. Eles respondem pela administração, pelo manejo da sua biodiversidade florística e faunística e, também, pela fiscalização das atividades e serviços desenvolvidos por terceiros.

O outro grupo de atores é formado pelas empresas privadas que atuam no Parque por meio de contrato de concessão. Essas concessionárias têm suas ações restritas à Zona de Uso Intensivo do Parque. No entanto, suas territorialidades permeiam toda essa Zona, alcançando desde o estacionamento do Parque, perpassando pelo Centro de Visitantes, transportes de turistas do parque, ofertas de passeios e atividades turísticas para o visitante, hospedagem dentro do Parque, alimentação, lojas de souvenir, elevador panorâmico e até a passarela que leva o turista próximo as quedas das Cataratas.

Nesse sentido, é possível afirmar que existem diversos atores que desenvolvem ações no Parque Nacional do Iguaçu. Suas territorialidades são diversificadas. No entanto, o Governo Federal, por meio do ICMBio, continua com a responsabilidade sobre o objetivo principal dessa unidade de Conservação.

**REFERÊNCIAS**

A. D. . **Entrevista.** Entrevistadora: S. Migliorini. Foz do Iguaçu, 2015. Entrevista concedida para o projeto de pesquisa: Gestão de Parques Nacionais Brasileiros: O caso das Territorialidades no Parque Nacional do Iguaçu.

A. P. . **Entrevista.** Entrevistadora: S. Migliorini. Foz do Iguaçu, 2014. Entrevista concedida para o projeto de pesquisa: Gestão de Parques Nacionais Brasileiros: O caso das Territorialidades no Parque Nacional do Iguaçu.

C. M.. **Entrevista.** Entrevistadora: S. Migliorini. Foz do Iguaçu, 2015. Entrevista concedida para o projeto de pesquisa: Gestão de Parques Nacionais Brasileiros: O caso das Territorialidades no Parque Nacional do Iguaçu.

C. V. . **Entrevista.** Entrevistadora: S. Migliorini. Foz do Iguaçu, 2015. Entrevista concedida para o projeto de pesquisa: Gestão de Parques Nacionais Brasileiros: O caso das Territorialidades no Parque Nacional do Iguaçu.

CANDIOTTO, Luciano, Z. P.. **Circuito Italiano de Turismo Rural Colombo / PR: Gênese, desenvolvimento e implicações sócio-espaciais**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2010.

G. G.. **Entrevista.** Entrevistadora: S. Migliorini. Foz do Iguaçu, 2015. Entrevista concedida para o projeto de pesquisa: Gestão de Parques Nacionais Brasileiros: O caso das Territorialidades no Parque Nacional do Iguaçu.

HAESBAERT, R. Concepções de Território para entender a Desterritorialização.IN: SANTOS, M. et al. **Território, Territórios: ensaios sobre ordenamento territorial.** Rio de Janeiro: lamparina, 2007.

IBAMA. **Contrato de Concessão n. 018/2001 de Uso de Área do Parque Nacional do Iguaçu, Celebrado entre O IBAMA / Gerência Executiva do Paraná e a Empresa Helisul**. Curitiba, 2001.

LITTLE, Paul, E.. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade**. Brasília, UNB, 2002.

Plano de Manejo. **Parque Nacional do Iguaçu**. Brasília: IBAMA, 1999.

POUBEL, Marilda B. P.. **A Territorialidade da Ocupação e Utilização da Terra e os Espaços da Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro, 2005, tese de doutorado.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University, 1986.

SOJA, E. W. **The political Organization of Space**. Washington, D.C: AAG Comission on College Geography. 1971.

SAQUET, M. A.. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. Florianópolis: Revista** Geosul, v.22, n.43, 2007.

SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011. 128 p.

SARTRE, A. X. et  GAGNOL L., 2012.  **Les échelles des territorialités.** Paris:Revista, Géographie et cultures, n° 81, pp. 5-16.

SOUZA, M. L.. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. IN: CASTRO, I. et al. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

VALE, ANA L. F. et al.. **O Território: Diferentes abordagens Conceito-Chave para a Compreensão da Migração**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, Revista Fax Ciência, N. 07, V. 01, 2005.